

AS ESCOLAS NORMAIS REGIONAIS NO PIAUÍ E A FORMAÇÃO OFERTADA PARA OS PROFESSORES RURAIS DE 1940 A 1960

Maria do Perpetuo Socorro Castelo Branco Santana¹

Introdução

Entre os anos de 1940 e 1960, o Brasil era um país, no qual mais de 80% da população residia na zona rural (SANTANA, 2011). Paralelo a esse quadro, o país viveu uma fase de desenvolvimento, culminando em mudanças econômicas, sociais e políticas. O poder público preocupado com o crescimento do país, centra suas ações na industrialização, iniciando esse processo a partir da capacitação profissional, o que induziu a população a procurar por uma melhor qualificação.

Esta situação, pressionou as autoridades federais e estaduais a buscar uma expansão do sistema educacional, levando o Governo Federal a atribuir para si, a responsabilidade de definir estudos, planos e metas, a serem elaborados e aplicados para viabilização de ações, com propósito de alavancar o desenvolvimento do Brasil, ao tempo, que via a necessidade de reverter os baixos índices do nosso sistema educacional, no que se refere a quantidade de escolas e professores com formação adequada e alfabetização.

Desde 1930, percebe-se nos discursos dos governadores do Estado do Piauí, por meio das mensagens governamentais, que a discussão sobre a formação de docentes estava presente não apenas no meio político, como também no meio intelectual. Ambos estavam preocupados com a expansão do

¹ Professora. Doutora da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) / Piripiri / Piauí / mariaperpetuo@prp.uespi.br

Ensino Primário, que estava vinculada a esse fato, ou seja, o Ensino Primário só poderia se expandir se houvesse a formação de professores.

Nesse sentido, como aponta a mensagem do governador José da Rocha Furtado, no final da década de 1940, emerge no país uma política educacional traçada por dois caminhos: ampliação do Ensino Primário, uma vez que este era colocado como elemento primordial para desenvolvimento do país; e formação de professores primários, devido ao déficit desse nível de ensino estar ligado a ausência de um corpo docente em número suficiente para atender a essa demanda. Na mensagem governamental, percebeu-se que,

No ano de 1948, o Estado do Piauí, assinou, com o Ministério da Educação e Saúde, três acordos especiais, sendo uma para prosseguimento da Campanha de Educação de Adultos, iniciada em 1947; um para construção de 80 prédios destinados às Escolas Primárias Rurais, *e um para construção e equipamento de Escolas Normais Rurais* (PIAUÍ, p. 23, 1949).

Considerando o conjunto de políticas educacionais apresentadas para o Brasil na década de 1940, centralizou-se, neste trabalho, o olhar na efetivação das políticas de construções de Escolas Normais Rurais, mencionadas na mensagem acima. Isso deve-se ao fato de que essas edificações representariam a institucionalização e a ampliação da formação de professores no Ensino Normal para atuarem no ensino primário rural do Piauí.

Segundo os jornais “O Dia” da década de 1940 no Piauí, essa falta de formação do professorado era um dos elementos que influenciou o abandono dos bancos escolares pelos alunos do meio rural, pois os professores não recebiam durante sua formação um preparo pedagógico adequado para atuarem nessas localidades. A partir da constatação desse aspecto, para esse trabalho surgiu a seguinte inquietação: Em que contexto surgiu a primeira escola normal regional do Piauí e que formação ela oferecia para os professores rurais?

Para tanto, busca-se compreender em que contexto surgiu a primeira Escola Normal Regional do Piauí e que formação era ofertada nessa escola nas décadas de 1940 a 1960. Em relação o recorte temporal justifica-se inicialmente por que na década de 1940, ser o momento de um maior investimento no Ensino Primário, com a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP) pelo Decreto-Lei n. 4.958, de 14 de novembro de 1942,

que também instituiu o Convênio Nacional do Ensino Primário para cooperação entre a União e os governadores dos Estados, Territórios e Distrito Federal para ampliação e melhoria do sistema escolar primário de todo o país. Nesse cenário, há um financiamento na construção de prédios escolares para o ensino primário e, conseqüentemente, a institucionalização da formação de professores de ensino primário rural, por meio da construção de prédios para escolas normais rurais.

Além disso, a promulgação das Leis Orgânicas do Ensino: Decreto-Lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Primário); e Decreto-Lei Federal n. 8.530, de 02 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal). A década de 1960 foi escolhida para o recorte final da pesquisa por ser o período de extinção da Escola Normal Regional de Floriano – a primeira Escola Normal Regional do Piauí – por meio da incorporação pela Lei 2. 878 da sede da Escola Normal Monsenhor Lindolfo Uchôa a sede do Ginásio Pedagógico e extinguindo nessa instituição o nível de 1º ciclo.

A metodologia se deu a partir da análise de um levantamento bibliográfico, documental (Mensagens Governamentais, Relatório da Instrução Pública, Leis e Decretos). A análise foi fundamentada em Alberti (2005), Bezerra (2015), Bosi (1994), Burker (1994), Freitas (2002), Lourenço Filho (2001), Lopes (1996; 2001) Santana (2008; 2011). Para melhor compreensão desse trabalho dividimos ele em duas partes: a primeira intitulada “A política de formação de professores rurais no Piauí de 1940 a 1960” e “A Escola Normal Regional de Floriano: o “nascimento” do ensino regional no Piauí”.

A política de formação de professores rurais no Piauí de 1940 a 1960

Segundo Brito e Werle (2006), na História da educação brasileira existem espaços de formação de professores, que apesar de relevantes na historiografia, ainda são poucos estudados, como as Escolas Normais Rurais/Regionais. Para as autoras, estas escolas juntamente com as instituições normais compõem um conjunto extenso e diferenciado, no que se refere à formação de professores no Brasil, em especial, no século XX. Na literatura que aborda esta temática, observou-se que quando se trata sobre formação de professores em um espaço formal, a mesma ficou relegada e não possuía uma política padronizada e sólida.

Isso possibilitou que essas escolas ficassem muitas vezes a cargo da iniciativa privada, devido ao longo período que o país ficou ausente “de uma legislação nacional para a educação escolar o que desencadeou uma diversidade de sistemas de ensino, que institucionalizou formas e espaços igualmente diversos de formação docente” (BEZERRA, 2015, p.114).

Nesse sentido, as Escolas Normais Rurais - instituições que em muitos estados, como Ceará, Paraíba e Pernambuco já estavam sendo implantadas desde a década de 1930 - tinham o objetivo evidente de “formar” as populações rurais e não apreender a formação da elite brasileira. Assim, no momento em que se pensa uma narrativa para estas escolas no Piauí, faz-se necessário definir o que se idealizava sobre rural e/ou regional no Estado e saber se as Escolas Normais Regionais tinham as mesmas finalidades das Escolas Normais Rurais.

Werle (2012) ressalta, que essas instituições foram pensadas no século XX, entre as décadas de 1930 a 1950, com a finalidade evidente de formar professores que fossem exercer sua profissão na maioria das vezes em escolas que teriam uma sala de aula, consequentemente somente um professor: as escolas isoladas. Essas escolas eram muitas vezes localizadas na zona rural dos municípios, onde atuavam os professores formados nas Escolas Normais Regionais.

No Piauí, na década de 1930, a discussão sobre a formação de professores primários rurais se dava acerca da crise no Ensino Primário, vinculada a carência de professores diplomados e ao grande número de professores leigos nesse nível. Contudo, apesar de perceberem esses problemas educacionais, nada sobre eles foi mencionado no Estado. Nenhuma providência foi tomada, sendo justificadas pelos governantes com a crise financeira que assolava o estado.

A partir de 1946, a Lei Orgânica do Ensino Normal (LOEN), ao tempo que adotou para Ensino Normal dois ciclos de ensino, instituiu uma nova nomenclatura para as escolas de formação de professores, que no primeiro ciclo passaram a ser chamadas de Escolas Normais Regionais, por isso, muitas vezes na literatura existe uma confusão em relação às Escolas Normais Rurais. No mesmo período, o Estado distribuiu auxílios a dezesseis estados e quatro territórios para construção de 51 prédios de Escolas Normais Rurais (ENR), totalizando 120 milhões de cruzeiros.

O Piauí recebeu verba para construção de três dessas escolas, no entanto, apesar de não terem funcionado como Escolas Normais Rurais funcionaram, a partir de 1947, com a nomenclatura de Escola Normais Regionais. Conforme a Lei nº 8.530/46, parágrafo 1 do Capítulo I, no rural e/ou regional “O ensino de trabalhos manuais e das atividades econômicas da região obedecerá a programas específicos, que conduzam os alunos ao conhecimento das técnicas de produção e ao da organização do trabalho da região” (BRASIL, 1946).

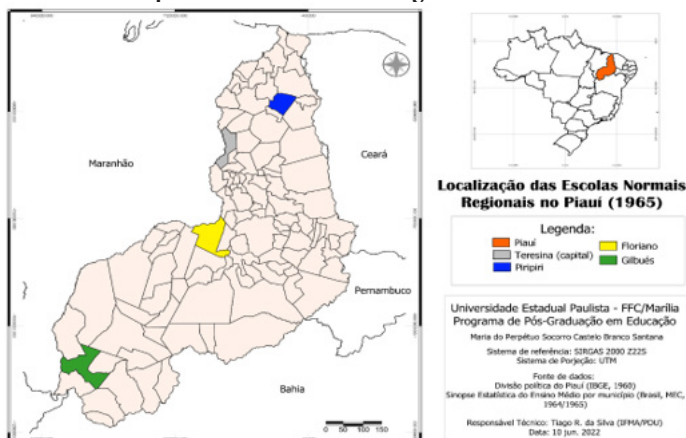
Sendo assim, as escolas aqui implantadas deveriam seguir essa normativa, sendo importante definir o que se pensava sobre um ensino regional neste período. Para Mendonça “A regionalização do ensino, preceito de ordem metodológica e social, é para ambos, criança e povo, condição indispensável da própria compreensão, pois o povo e a criança, para abrangerem a realidade, precisam recebê-la através da região” (1968, p.15).

Por isso, torna-se importante refletir o que seria o regional no Piauí. Esse Estado teve duas zonas econômicas e sociais: o sertão e a beira-rio. Pensar então, o ensino para esses espaços era pensar dentro de suas especificidades, ou seja, o ensino deve se diversificar conforme o lugar, no caso, o Sertão piauiense (PIAUI, 1942).

Assim, conceber o ensino no sentido regional para o Piauí, foi pensar o ensino para o homem sertanejo, segundo Benedito Martins no texto “O Piauí e o Nordeste”, “Essas diretivas e tendências poderão resumir-se na instituição e equipamento de um tipo de escola, e na execução de uma prática de ensino em relação imediatamente coaduna a terra, ao homem e ao regime habitual da atividade (PIAUI, 1942, p.39), ou seja, deveriam desenvolver competências necessárias para um maior aproveitamento social e individual.

Desse modo, em relação às Escolas Normais Regionais no Piauí foram identificadas três instituições desse tipo normatizada pelo Decreto- Lei 8.530/46, o qual no Estado foi adaptado por meio do Decreto-Lei Estadual 1.402 de 1946. As Escolas Normais Regionais vieram para amenizar a situação do professorado não diplomado, que como aponta Lourenço Filho (2001), constituía-se no Brasil, um número bastante acentuado. Estas escolas foram implantadas uma em Floriano, onde existia uma instituição de Ensino Normal (2º ciclo), outra, na cidade de Piripiri e a última, em Gilbués.

Mapa 01 - Escola Normais Regionais do Piauí



Fonte: Brasil, 1965.

Entre o ano de 1947 a 1959, as Escolas Normais Regionais foram criadas e implantadas e como se observa no mapa 1, uma localizava-se no Norte do Estado - Piripiri - próxima a zona litorânea, também conhecida como região dos cocais na zona fisiográfica do agreste, que foi contemplada com a construção de 32 prédios de escolas primárias rurais. A outra instituição de Ensino Normal Regional ficava localizada na região centro-sul do Estado, mais precisamente na região do médio Parnaíba e teve nesse mesmo período, a construção de 25 prédios de instituições de Ensino primário rural. A terceira e última escola, encontrava-se no sul do Piauí na zona fisiográfica do Planalto, a qual teve 14 prédios escolares primários construídos na zona rural².

Nesse sentido, como as Escolas Normais vieram para formar professores primários com o devido preparo para atuarem na zona rural, pode-se supor o porquê de as Escolas Normais terem sido implantadas nesses locais. Floriano, apesar de estar na zona fisiográfica do médio Parnaíba, fica perto da zona fisiográfica que recebeu maior quantidade de edifícios escolares rurais, sendo assim a demanda de professores para essa zona seria bem maior, significando que esse espaço necessitaria de um número bem maior de professores primários.

² Para melhor compreensão sobre a construção dos prédios escolares primários na zona rural e sua quantidade por zona fisiográfica, ver SANTANA, Maria do Perpétuo Socorro Castelo Branco. **A Constituição da rede escolar e a prática das professoras primárias na zona rural do Piauí nos anos de 1940 a 1970**. 178f, Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011, p.82.

Da mesma forma aconteceu em Piripiri, que situada na zona fisiográfica do sertão, recebeu o segundo maior número de prédios escolares rurais, concluindo assim que a construção e implantação das Escolas Normais Regionais nos locais estabelecidos vieram para contribuir e formar professores diplomados que atuassem nesses locais. Vale salientar, que essas Escolas Normais recebiam na sua comunidade escolar pessoas vindas de outros estados, como Maranhão, Ceará e Bahia, pois o Piauí faz fronteiras com os respectivos estados e as escolas ficavam localizadas nos municípios próximos a essas fronteiras.

Outro ponto de destaque é que durante a investigação dessas escolas foi possível observar que em Piripiri e Gilbués não existia instituição com nível de escolarização mais elevado, isto é, nesses municípios existiam somente as escolas primárias. Quando a população terminava este nível de ensino, tinham que ir para outro local para dar continuidade ao processo de escolarização, sendo isso, muitas vezes difícil para alguns, principalmente para as mulheres, como se evidencia na fala de uma das alunas entrevistadas ao relatar sobre seu processo de escolarização,

Era a única opção que nós tínhamos em Gilbués né? Era a única **ou fazia o normal regional** ou saia de lá e naquela época era muito jovem e os pais não permitiam que as mulheres saíssem para estudar né? Para estudar, porque os meus irmãos saíram foram para Corrente, meus dois irmãos, mas a gente era mulher, você sabe naquela época a condição da mulher era bem submissa né? principalmente aos pais né? aí eu fiz o normal regional, mas era uma coisa que eu gostava de fazer sabe [...] (LOUZEIRO, 2021).

Conforme a fala da entrevistada, essas escolas funcionavam nos municípios, durante alguns anos, como as únicas instituições com nível maior de escolarização – isto é, o Ensino Secundário. Sendo assim, muito dos discentes ingressavam nas Escolas Normais Regionais do Piauí por falta de opção de um Ensino Secundário a nível ginasial, seja ele estadual, municipal ou particular, o que talvez possa explicar a presença dos discentes do sexo masculino nessas escolas, como é o caso da Escola Normal Regional de Gilbués, uma vez que era única opção que eles tinham para dar continuidade a seus estudos.

No momento, em que as alunas entrevistadas, foram questionadas sobre o porquê de terem escolhido estudar nas Escolas Normais Regionais,

evidenciou-se em suas narrativas, ser esta a única alternativa para alcançarem um maior nível de escolarização. No caso da Escola Normal Regional de Floriano, a aluna escolheu a instituição porque ofertava um ensino gratuito.

É porque aquela escola era uma escola pública, é do Estado, e só tinha naquela época o ginásio Santa Teresinha que era de pagamento, do doutor Sobral, e o Primeiro de Maio já existia também, mas ai era pago, pago viu, ai eu não tinha condição financeira para estudar pagando sabe[...] (AQUINO, 2022).

Estudar nessas instituições era considerado um privilégio, pois a maioria das Escolas Secundárias de 1º ciclo (curso ginásial), quando implantadas nas cidades, eram particulares, o que tornava um obstáculo o acesso a elas. Além disso, mesmo nas instituições da rede estadual ou municipal, uma boa parte da população ficava fora dos bancos escolares desse nível de ensino, devido à realização do exame de admissão para ingressarem nos ginásios ou nas Escolas Normais Regionais do Piauí, como salienta a participante da pesquisa em sua fala quando relata sobre seu ingresso na escola,

Normal Regional, quando eu terminei o primário em Jerumenha, fui estudar em Floriano, nessa escola, eu fiz o teste, passei em segundo lugar no teste, porque era como se fosse um vestibular assim, é... [...], mas o nome é exame de admissão, eu fiz, na Escola Normal Regional de Floriano, [...] (AQUINO, 2022).

Portanto, para ampliar sua escolarização, a população mais carente do Brasil passava por diversos processos de seleção, que iam desde questões sobre valores morais e financeiros até os educacionais, uma vez que para ingressar no Ensino Secundário (1ºciclo) eram necessários como pré-requisitos, o Ensino Primário e o exame de admissão.

Contudo, como esse nível de ensino passava por diversos problemas nos municípios, uma grande parte da população ficava impossibilitada de cursar o nível ginásial mesmo nas escolas públicas, pois a maioria ficava reprovada nesse exame. Nesse contexto, surgiu a primeira escola de Ensino Normal Regional que para muitos municípios do Piauí funcionavam como forma de ampliar sua escolarização.

A Escola Normal Regional de Floriano: o “nascimento” do ensino regional no Piauí

Floriano, situada na região do centro-sul piauiense, está localizada a 240 km de Teresina que é a capital do Estado. Até a metade do século XX - em 1950 - este município possuía uma população de 33.786 habitantes, sendo 16.138 do sexo masculino e 17.648 do sexo feminino. Dessa parcela da população florianense, 73% localizavam-se na zona rural. Comparado com a porcentagem que o Piauí possuía na zona rural que era de 83,6%, Floriano mostrava-se menos rural que o Estado em sua totalidade. Sendo assim, dos 49 municípios existentes nesse período no Estado, somente seis possuíam uma população superior à de Floriano. Além disso, a cidade de Floriano na década de 1950 foi a terceira mais populosa do Piauí (IBGE, 1959).

Em relação à economia, Floriano tinha como base a pecuária e a exportação de produtos extrativistas, como por exemplo a cera de carnaúba, coco babaçu e borracha de maniçoba. No que diz respeito à lavoura, o município naquele período, não produzia o suficiente para o consumo de sua população, recorrendo aos estados vizinhos, principalmente ao Maranhão, para se abastecer.

Nessa mesma década, o município de Floriano era considerado o mais importante centro comercial da região do Médio Parnaíba, isso devido sua eminente posição geográfica. O município comandava todo movimento do Vale do Parnaíba do sudeste do Maranhão até o sudoeste do Piauí (IBGE, 1959). Segundo Lopes (2001, p.89), essa condição fazia com que Floriano tivesse estreito relacionamento comercial com Parnaíba, o que desencadeou a mobilização em torno da implantação de seu Liceu e de sua Escola Normal”.

Floriano deu seu passo inicial na expansão do setor educacional, com a criação do Liceu e da Escola Normal Municipal no ano de 1929, pela Lei Municipal nº 125/29, sendo estes os primeiros estabelecimentos de Ensino Secundário no município. Conforme Demes (2002, p.511), “Anexo ao Liceu e a ele subordinado administrativamente, funcionava um Curso Normal para moças que além das disciplinas básicas ministrava Trabalhos Manuais, Desenhos e Música a cargo, respectivamente, das professoras Quinó Gomes, Hercília Camarço e Maria Oliveira (Oeiras)”.

O Liceu, de acordo com as fontes analisadas como a revista zodíaco

e o histórico da Escola Lindolfo Uchôa, funcionou durante pouco tempo. Segundo Demes (2002), o motivo do fechamento dessa instituição foi a ausência de gabinete de Física, Química e História Naturaes, fazendo com que o Liceu encerrasse suas atividades e a Escola Normal se desvinculasse deste.

A instituição de Ensino Normal de Florianópolis foi equiparada a Escola Normal Oficial do Estado em 1931 e funcionava no mesmo prédio que o Liceu até o ano de 1946, pois a partir do Decreto – Lei nº 1.402 de 27 de janeiro de 1947 que “Dispõe sobre a adaptação do sistema de ensino normal do Estado” (DIÁRIO OFICIAL, 1947), passou a funcionar como Escola Normal Regional de Florianópolis.

Essa escola, como normatizava a Lei do Ensino Normal, passou a formar os regentes de Ensino Primário que deveriam atuar prioritariamente nas escolas primárias rurais. Na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros de 1959, pode-se identificar um dos prédios que funcionou a ENR de Florianópolis como se observa na figura abaixo:

Figura 1 - Escola Normal Regional de Florianópolis



Fonte: IBGE, 1959.

Apesar da fotografia estar um pouco desfocada, percebe-se que o prédio era majestoso para o contexto daquele período, representando a modernização da cidade e do ensino em Florianópolis. Nesse sentido, como assinala a participante da pesquisa que estudou nesse estabelecimento de ensino, muitas pessoas escolhiam essa instituição por ser uma escola pública, porém buscavam estudar

nela pelo status que esta instituição de Ensino Normal tinha naquele período.

A referida instituição foi mantida durante seu funcionamento pelo município, recebendo subvenção do Estado, como mostrou o Art. 1º do Decreto – Lei nº 1.044 de 1945, no qual “Eleva para Cr\$ 100.000 (Cem mil cruzeiros), a partir de janeiro de 1946, a subvenção anual concedida pelo Estado à Escola Normal Municipal de Floriano” (PIAUÍ, 1945, p.5). Nesse contexto, apesar de ser um estabelecimento de ensino municipal durante sua primeira fase - funcionando como uma escola de Ensino Normal - na sua segunda fase, recebe ajuda financeira do Estado para a sua manutenção.

Isso também foi observado na Lei nº 333 de 12 de novembro de 1955, na qual o prefeito de Floriano “Orça a receita e fixa a despesa no município de Floriano, para o exercício de 1956”. Assim, no referido ano para instrução, mas especificamente, para a ENR de Floriano, de acordo com a (figura 2), se tem a seguinte previsão orçamentária:

Figura 2 - Previsão Orçamentária para Escola Normal Regional de Floriano de 1956

	Educação Pública	
	Verba nº 8	
8.33	Instrução	
8.30.0	Pessoal Fixo	
	Director do Curso Normal Regional de Floriano gratificação anual	9.600,00
	Secretário e demais auxiliares	9.600,00
	4 Inspectores de alunos - vencimento anual Cr\$ 6.000,00 cada uma	24.000,00
	Porteiros - vencimento anual	5.400,00
	Professorado do Curso Normal Regional de Floriano	81.000,00

Fonte: Livro de leis orçamentárias da Câmara Municipal de Floriano de 1955.

Percebeu-se, pela lei orçamentária, que a maior receita em relação a ENR de Floriano, refere-se ao professorado, tendo em vista que para o ano de 1956, o município gastou 81.000,00 (oitenta e um mil cruzeiros). Além das despesas expostas na (figura 2), a prefeitura municipal de Floriano ainda tinha despesa com fiscalização do curso Normal Regional – 10.000,00 (dez mil cruzeiros) – e com aluguel do prédio que a escola ocupava, pois, a mesma

até o presente ano ainda não tinha sua sede própria, tendo na sua receita uma previsão de gasto em torno de 6.000,00 (seis mil cruzeiros).

Ainda em relação ao aluguel, no qual funcionava a escola podemos aferir que nesse mesmo ano o prefeito municipal de Floriano, Sebastião Martins de Araújo Costa, sanciona e promulga o aumento do aluguel por meio da Lei municipal nº 362 de 21 de março de 1956, como assina o Art. 1º da Lei citada acima, que diz:

Art. 1º Fica o Dr. Prefeito Municipal de Floriano autorizado a elevar para 1.200,00 (hum mil e duzentos cruzeiros), a partir de janeiro do corrente ano, o aluguel do prédio onde funciona o Curso Normal Regional de Floriano (CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANO, 1956).

Dessa forma, do período que se iniciou seu funcionamento como Escola Normal em 1929 e, posteriormente, a partir de 1947, como Escola Normal Regional, essa instituição de ensino funcionava em um prédio alugado pelo município, prática comum naquele período no Estado. Entretanto, Lopes (1997) aponta no início do ano de 1950 que houve a iniciativa para construção de uma sede própria, porém a escola foi terminada somente em 1960 e inaugurada em novembro de 1961.

Figura 3 - Registro fotográfico da inauguração do prédio da Escola Normal Regional de Floriano.



Fonte: Lopes (1997, p. 36).

Nesse registro, encontram-se pessoas importantes tanto para o cenário político como para a sociedade piauiense no geral, como por exemplo o governador Chagas Rodrigues, o Pe. Pedro, Francisco Antão (os dois últimos, da esquerda para direita), que fizeram parte desse momento da memória da

história do ensino do município. A escola foi construída numa área bem ampla, de acordo com o registro de imóvel, retirado no cartório Carvalho em Floriano, a área tinha 10.800 m² (dez mil e oitocentos metros quadrados).

Figura 4 - Unidade Escolar Lindolfo Uchôa (antiga Escola Normal Regional de Floriano)



Fonte: Acervo particular da pesquisadora

Observou-se nas análises, o fato de que o prédio anterior já representava uma instituição imponente para o município, a sede própria da ENR de Floriano acaba por simbolizar nesse período a modernização e o progresso do Ensino Normal no Piauí. Durante as pesquisas, foi possível ter acesso a um documento que se refere à Lei nº 21 de 08 de maio de 1967, na qual a prefeitura de Floriano autoriza a doação do prédio com sua área e o terreno ao Governo do Estado do Piauí, no qual funcionava a Escola Normal.

Percebe-se, que a Escola Normal Regional de Floriano funcionou como tal até o ano de 1965, pois no histórico escolar da Unidade Escolar Mons. Lindolfo Uchôa, no dia 16 de fevereiro de 1966, esta escola foi transformada em Ginásio Pedagógico de Floriano e posteriormente, após a doação do prédio e do terreno da instituição por meio da Lei 2.878 de 17 de junho de 1968, foi incorporada à rede estadual. Considerando-se desde a data de mudança desta escola para o estabelecimento do Ensino Normal Regional até a sua estadualização como Ginásio pedagógico, têm-se 21 anos de história na formação de professores primários regentes de ensino. Segundo Camelo (2016), essa escola era,

[...] primordial, pois se apresenta como uma escola que delimita a educação na cidade. E esta delimitação não é só histórica mais também geográfica, pois seu alcance se estende para as cidades próximas (Picos e Amarante) e para as distantes (Corrente), bem como para o estado vizinho. Deste

modo, a escola se incorpora à identidade da cidade, que passa a ser difundida como um polo educacional, reverberando numa autoimagem positiva para o seu povo (CAMELO, 2016, 38).

No trabalho da autora foi identificada a placa de formatura com os concludentes do ano de 1954 do Curso Normal Regional, porém como a digitalização da imagem não está clara não foi possível uma melhor visualização e identificação dos alunos. Entretanto, nos livros biográficos, teve-se acesso a nomes de professores que atuaram na Escola Normal Regional de Floriano como também de alunos que frequentaram essa instituição.

Outra fonte, na qual se pode identificar professores e que corroborou com os livros biográficos, foi um livro de Portaria da Escola Normal Regional, o qual nomeava os professores para ministrarem aulas nessa instituição. Dessa forma, foi possível verificar quais os professores que passaram por essa escola e as disciplinas que eles ensinavam como: Noções de Fisiologia e anatomia; Ciências Naturais; Noção de Higiene; Matemática; Português; Desenho; História do Brasil e História Geral; Canto Orfeônico e Trabalho manuais.

Portanto, apesar de não ter sido possível o acesso aos documentos escolares, constatou-se, diante do levantamento feito sobre o funcionamento da Escola Normal Regional de Floriano, que essa instituição durante duas décadas formou regentes de ensino primário que contribuíram tanto para o processo de escolarização do Ensino Primário do município como para o de municípios circunvizinhos e de outros estados.

Assim, na construção da historiografia das instituições de ensino regional pode-se perceber alguns pontos comuns entre elas. Primeiro, as ENR instaladas nos municípios representavam muitas vezes o maior nível de escolarização que tinha naquele local e nas regiões vizinhas. Quando começaram a ser implantadas no Estado, no ano de 1947, quase não se tinham Escolas Secundárias com cursos ginasiais. Por isso, nos municípios que tinham essas escolas, elas cumpriam esse papel.

Outro ponto levantado na análise das fontes foi que as escolas só funcionaram até a metade da década de 1960. O terceiro ponto foi que o Ensino Normal Regional além de representar a ampliação da escolarização para juventude piauiense, principalmente a feminina, influenciou também no processo de interiorização do Ensino Normal, possibilitando a muitos discentes

continuarem seus estudos cursando o 2º Ciclo ou o conhecido pedagógico.

Os Cursos Normais Regionais do Piauí seguiam a legislação nacional – o Decreto-Lei 8.530/46 – e as orientações estaduais pelo Decreto-Lei 1402/47, uma adaptação da nacional. Desse modo, as disciplinas não eram ofertadas aleatoriamente, pois seguiam um padrão ou um perfil de professor que o Estado ansiava para Escola Primária Rural. Nesse sentido, Goodson (1997) entende que o currículo escrito é quem define a padronização de recursos como financeiro, avaliativos, materiais e outros.

Segundo o autor, “[...] o currículo escrito proporciona-nos um testemunho, uma fonte documental, um mapa variável do terreno: é também um dos melhores roteiros oficiais para a estrutura institucionalizada da educação” (GOODSON, 1997, p.20). Nesse sentido, nas pastas que contém os processos dos alunos se teve acesso a fichas, as quais tinham informações sobre as disciplinas ofertadas nas escolas, os históricos e algumas observações, como a relatada abaixo, que traz informações sobre o currículo oferecido nos primeiros anos da Escola Normal Regional de Piripiri.

A Escola Normal Regional Sagrado Coração de Jesus de Piripiri-Piauí tinha a equivalência de Ginásio e Normal para formação de Regente do Ensino Primário. Por essa razão, o Currículo da referida escola apresenta as disciplinas do Curso Ginásial e as disciplinas específicas do Curso Normal Regional.

Corroborando com a observação na ficha da discente, no documento n. 52 publicado pelo INEP em 1950, o currículo encontra-se de acordo com as normas recomendadas pela Lei. Assim, é possível observar no quadro abaixo, que as três Escolas Normais Regionais do Piauí - Floriano, Piripiri e Gilbués - concentraram inicialmente as disciplinas de formação geral e no último ano, as disciplinas de formação específica.

Portanto, identificou-se, que a referida escola estava em conformidade com o Decreto-Lei, e que as disciplinas se dividiam em três grupos: uma de formação geral que eram: português, matemática, ciências naturais, história e geografia; Um segundo grupo, encontram-se as disciplinas de Desenho e caligrafia, Canto orfeônico, Trabalhos Manuais e Economia doméstica, Educação física, Trabalhos Manuais e atividade econômica da região e

desenho. Para Chaloba (2022), atividades específicas ao meio rural ficaram limitadas à disciplina de Trabalhos Manuais e atividade econômica da região e o último grupo está relacionado às disciplinas de Desenho, Educação física, Recreação e jogos, Noções de higiene, Anatomia e fisiologia humana, Psicologia e Pedagogia, Didática e Prática de Ensino e denominado, em muitos trabalhos que abordam essa temática, como um grupo com disciplinas de formação específica, que são ofertadas sobretudo nas últimas séries.

Considerais Finais

Destarte, como as fontes assinalam, as Escolas Normais a nível ginásial surgem primeiramente com a nomenclatura de Escolas Normais Rurais, mas observou-se que essa denominação se limitou aos documentos emitidos pelas instituições. A escola de Floriano surgiu inicialmente como Escola Normal, ofertando o curso de 2º ciclo em 1929 e em 1947, com a promulgação do Decreto-Lei Estadual nº 1.402, ofertou o Ensino Normal Regional, isto é, a formação de professores regentes de ensino primário.

Nos documentos dessa instituição a que se teve acesso, não ficou explícito o porquê da mudança de ciclos de ensino, sendo que o estabelecimento de ensino passou a ser conhecido como *“Escola Normal Regional de Floriano”*, atendendo a toda população da cidade e de municípios vizinhos.

Entende-se, dessa forma, que no Piauí a política nacional de formação de professores rurais funcionou muito mais como uma ampliação de escolarização para a parcela da população que não tinha condições financeiras de se deslocar para outros estados ou municípios, onde era ofertado o Ensino Secundário a nível ginásial. Nessa perspectiva, não se pode afirmar que a formação de professores rurais no Piauí seguiu a perspectiva de formação de professores que se tinha a nível nacional.

Portanto, ao se analisar o projeto de formação de professores presente nas Escolas Normais Regionais do Piauí, em termos de organização pedagógica, percebeu-se que o currículo ofertado nessas instituições nos três primeiros anos era baseado numa formação mais geral, destinando ao último ano uma formação mais específica, como as disciplinas de psicologia e pedagogia, didática e prática de ensino, evidenciando-se uma formação geral sobre uma formação mais específica.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BEZERRA, Maria Irinilda da Silva. **Formação docente institucionalizada na amazônia acriana**: da escola normal regional à escola normal padre Anchiera (1940-1970). 410f, Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Niterói/RJ, 2015.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

BRITO, Itamar Sousa. **Memória Histórica da Secretaria de Educação**. Teresina: Secretaria de Educação, 1985.

BRITO, Lenir Marina Trindade de Sá; WERLE, Flavia Obino Correa. O professor e a escola para a Zona Rural: concepções e desdobramentos em uma Escola Normal Rural. **Revista Contextos e Educação**, Editora Unijuí, ano 21, nº75, Jan/jun., 2006, p.109-129.

BURKER, Peter. **A Escrita da História**. São Paulo: UNESP, 1992.

CAMELO, Celina Nayara. **As contribuições da Unidade Escolar Monsenhor Lindolfo Uchôa para a cidade de Floriano na primeira metade do século XX**. 54f, Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Piauí, Floriano, 2016.

CHALOPA, Rosa Fátima de Souza. A efêmera trajetória das escolas normais rurais no Brasil (1930-1970). **Educar em Revista**, v. 38, n.84533, ago., 2022.

DEMES, Josefina. **Floriano**: Sua história, sua gente. Teresina: Halley, 2002.

FREITAS, Sônia Maruá de. **História oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

GOODSON, Ivor F. **A construção Social do currículo**. Trad.: Maria João Carvalho. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1997.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Superando a pedagogia sertaneja**: Grupo escolar, escola normal e modernização da escola primária pública

piauiense (1908-1930). 282f, Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2001.

LOPES, Luiz Paulo. **Flagrantes de uma cidade**. Teresina: Jolenne, 1997.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **A formação de professores: da Escola Normal à Escola de Educação**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

MENDONÇA, Edgar Süssekind de. A escola Regional de Meriti: realizações e projetos. IN: ALBERTO, Armanda Álvaro. **A escola regional de Meriti**. Rio de Janeiro: INEP/CBPE, 1968.

SANTANA, Maria do Perpetuo Castelo Branco. **A Constituição da rede escolar e a prática das professoras primárias na zona rural do Piauí nos anos de 1940 a 1970**. 178 f, Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

SANTANA, Maria do Perpetuo Castelo Branco. **As Políticas Educacionais para zona rural no Piauí nas décadas de 1940 a 1960**. 102f, Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Escola Normal Rural: Espaço de Formação de grupos dirigentes. **Revista Olhar de professor**, Ponta Grossa/RS, n. 15, p.33-39, 2012.

Fontes documentais: Leis, decretos, dados estatísticos e mensagens governamentais

BRASIL. INEP. Instituto Nacional de Estudos Pedagógico/ CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. **Oportunidades de Formação do Magistério Primário: Piauí**. Rio de Janeiro: INEP/MEC, 1959.

BRASIL. (IBGE). **Recenseamento Geral do Brasil de 1940**: Sinopse do Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

PIAUI. **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Getúlio Vargas presidente da República pelo Interventor Federal do Piauí, Leônida de Castro Mello relativo ao exercício de 1941**. Teresina, jul.1942.

PIAUI. **Decreto-Lei n. 1.044, de 18 de setembro de 1945**. Diário Oficial do Estado do Piauí. Teresina, Ano XV, n.116, p.5, 22 de set. 1945.

PIAUÍ. **Decreto-Lei n. 1.402 de 27 de janeiro de 1947.** Dispõe sobre a adaptação do sistema de ensino normal do Estado. Diário Oficial do Estado do Piauí. Teresina, Ano XVII, n.15, p.1, 30 jan. 1947.

PIAUÍ. (FURTADO). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Piauí pelo governador José da Rocha Furtado, em 21 de abril de 1949.** Teresina: Imprensa Oficial 1949.